

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor de Autarquias Norte - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A EMPRESA

A BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A - BB Consórcios - é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A, com sede em Brasília (DF), que tem por objeto principal a organização e administração de grupos de consórcio destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes.

ATUAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS

A BB Consórcios consolida-se entre as maiores administradoras de consórcios do mercado e registrou, ao final de 2017, mais de 649 mil participantes ativos. De acordo com informação divulgada pelo Banco Central em novembro de 2017 (último dado disponível), mantém a 3ª posição no *ranking* geral das administradoras de consórcio e a 2ª posição entre as administradoras vinculadas a instituições financeiras.

A carteira concentra 90% de sua composição nas modalidades de automóveis (86%) e imóveis (4%), resultado da estratégia comercial com foco nos segmentos de tickets mais elevados aderente à atuação dos demais bancos. Destaque para o segmento de automóveis, representado por mais de 562 mil participantes ativos, posicionando-se como a 2ª maior administradora do mercado neste segmento.

Cabe ressaltar que a BB Consórcios é a única administradora ligada a instituição financeira que oferta todos os segmentos de produtos, abrangendo as modalidades de motocicletas, outros bens móveis (eletroeletrônicos) e serviços, além das destacadas acima.

No ano de 2017, foram comercializadas, aproximadamente, 218 mil novas cotas de consórcio, que representaram R\$ 8,6 bilhões em volume de negócios. Na economia, a BB Consórcios disponibilizou valor superior a R\$ 4 bilhões, decorrente do pagamento de mais de 125,1 mil bens e serviços, gerando, cada vez mais negócios para os diversos elos da cadeia produtiva.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Em 2017, as ações estratégicas mantiveram direcionamento voltado à comercialização de produtos de maior valor, a exemplo dos planos para automóveis com cartas de até R\$ 230 mil, cuja iniciativa visa atender a demanda do mercado.

Já no segmento de imóveis, o volume comercializado no período apresentou crescimento de 76,5% em relação ao mesmo período anterior, graças ao lançamento de novos grupos.

Outro ponto a se destacar, no período, foi o foco estratégico e aproveitamento de oportunidade de vendas, observando comportamento de clientes na busca por planejamento financeiro, que o produto consórcio oferece; vendas em novos canais alternativos (foram R\$ 132 milhões comercializados pela internet e terminais de autoatendimento, R\$ 805 milhões em parceiros de vendas e R\$ 284 milhões via aplicativo para celular - funcionalidade lançada no final de maio de 2017); e atração de públicos a partir da reformulação e desenvolvimento de novos produtos para segmentos específicos, como clientes alta renda ou produtores rurais.

Cabe destacar que as estratégias de adequação de portfólio pautaram-se no atendimento de práticas de *suitability*, adequando produtos de acordo com o perfil de clientes.

INICIATIVAS SOCIAIS E SUSTENTÁVEIS

Em continuidade às ações voltadas às iniciativas sociais e sustentáveis, a BB Consórcios mantém grupos destinados a aquisição de bens e serviços sustentáveis, dando continuidade à estratégia lançada no ano anterior para aquisição de bens não poluentes. A iniciativa visa permitir a compra de bicicletas e bicicletas elétricas, também possibilita a aquisição de bens e serviços de eficiência energética e reuso de água, tais como placas fotovoltaicas, filtros de água, bombas e luminárias solares. Esta linha tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do país e permitir que famílias, empresas e propriedades rurais planejem a instalação de equipamentos que preservem os recursos naturais do país e vem ao encontro da política específica de responsabilidade socioambiental aprovada pela BB Consórcios, cujo objetivo é orientar o comportamento da administradora e estimular a adoção e disseminação de princípios de atuação em bases social e ambientalmente responsáveis.

SATISFAÇÃO DE CLIENTES

A BB Consórcios não figurou entre as 3 primeiras administradoras, no *ranking* de Instituições por Índice de Reclamações do Banco Central, conforme último dado disponível (segundo semestre de 2017). As ocorrências recebidas via BB Atende foram respondidas dentro do prazo legal.

No segundo semestre de 2017, foram registradas 49 ocorrências no portal consumidor.gov.br sendo que a administradora respondeu todas as ocorrências que lhe cabiam, no prazo médio de 7 dias, inferior ao limite de 10 dias estipulado pelo portal.

No âmbito interno do Banco do Brasil S.A., a BB Consórcio continua elencado na ação Solução Imediata (SIM), que permite a antecipação de valores questionados pelo cliente, antes de análise conclusiva, visando melhorar o atendimento e resolver as demandas no primeiro contato com o cliente.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No exercício de 2017, as receitas com prestação de serviços atingiram o montante de R\$ 724,9 milhões, incremento de 33,3% em relação ao mesmo período de 2016. O lucro líquido alcançou R\$ 366,4 milhões, representando um RSP/L de 177,7%.

No encerramento do exercício, o Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ 215 milhões.

CENÁRIO ECONÔMICO – MERCADO CONSÓRCIOS

De janeiro a outubro de 2017, conforme dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC), o mercado de consórcios apresentou R\$ 83,3 bilhões em volume de negócios.

Ainda segundo a ABAC, o número de vendas de novas cotas registradas até outubro foi de, aproximadamente, 2,0 milhões, somando 6,9 milhões de participantes ativos.

A participação do consórcio de veículos leves no mercado interno foi de 47,3% de janeiro a outubro, ante a 46,3% no mesmo período de 2016.

Em relação ao mercado de consórcios de imóveis, o ticket médio cresceu 7% até outubro de 2017 e o volume de créditos comercializados cresceu 53,2%.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO CIRCULANTE		617.525	451.459
Disponibilidades	4	251	44
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		521.949	406.462
Aplicações em operações compromissadas	5.a	521.949	406.462
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		76.722	30.565
Carteira própria	6.a	76.722	30.565
Outros Créditos		18.593	14.378
Créditos específicos	7.a	533	541
Diversos	7.b	18.060	13.837
Outros Valores e Bens		10	10
Despesas antecipadas		10	10
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		--	676
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		--	676
Carteira própria	6.a	--	676
PERMANENTE		24	33
Imobilizado		18	33
Móveis e equipamentos de uso		25	47
(-) Depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso		(7)	(14)
Intangível		6	--
Ativos Intangíveis		6	--
TOTAL DO ATIVO		617.549	452.168

A exemplo dos nove primeiros meses deste ano, as adesões em outubro voltaram a apresentar crescimento em cinco dos seis setores - veículos automotores leves e pesados, imóveis, serviços e eletroeletrônicos e outros bens móveis duráveis - com destaque para serviços, que manteve a liderança, com alta de 88%. Na sequência vieram eletroeletrônicos e outros bens móveis duráveis com 46,3%; veículos leves com 10,5%; imóveis com 32,4% e veículos pesados com 13,3%. Somente o setor de motocicletas manteve percentual negativo de -3,3%.

Para o semestre que se inicia, é possível antever o crescimento do mercado de consórcios, apoiado na conscientização, cada vez maior, do consumidor sobre educação financeira.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A BB Consórcios possui uma estrutura de governança corporativa formada pelo Conselho de Administração, composto por cinco membros e assessorado pelo Comitê de Auditoria, pelo Comitê de Riscos e de Capital e pela Diretoria Executiva, composta por três diretores estatutários. A BB Consórcios possui ainda um Conselho Fiscal composto por três membros titulares e três suplentes.

A Administradora adota as boas práticas de governança onde as decisões são tomadas de forma colegiada por meio de comitês e subcomitês que garantem maior agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Em cumprimento ao disposto no Of. Circular nº 842/2016-MP, a BB Consórcios aderiu ao Comitê Executivo de Governança de Entidades Ligadas do Banco do Brasil S.A., que exercerá as funções da Comissão Externa, Transitória e Não Estatutária de Elegibilidade.

No primeiro semestre de 2017, foram preenchidos os 14 cargos para novos funcionários aprovados em 2016.

CAPITAL HUMANO

O quadro de colaboradores, no encerramento do segundo semestre de 2017, era composto por 48 funcionários ativos e 3 diretores estatutários, todos cedidos pelo Banco do Brasil S.A.

A política de valorização dos profissionais adotada pela BB Consórcios contempla a oferta de oportunidades de desenvolvimento e ascensão, além da implementação de melhoria nas condições do ambiente e no clima organizacional.

Em junho de 2017, a BB Consórcios passou a funcionar em novo endereço, localizada no Edifício Banco do Brasil, que é um prédio sustentável, baseado em conceitos inovadores, projetado com requisitos legais de ergonomia e sustentabilidade, guardando características que favorecem a realização dos trabalhos e a qualidade de vida do trabalho, com maior conforto ambiental, disponibilização de espaço conveniência: praça de alimentação, Posto de Atendimento Bancário, Espaço Gourmet (onde os colaboradores podem fazer suas refeições) e Espaço QVT (onde são desenvolvidas atividades que promovem a Qualidade de Vida no Trabalho).

Durante o semestre, foram desenvolvidas, ainda, ações de reconhecimento, integração e promoção da qualidade de vida no trabalho, buscando significado e sentido à atividade de cada funcionário e satisfação em fazer parte da BB Consórcios.

GESTÃO DE RISCOS

O Conjunto Corporativo de Riscos Relevantes da BB Consórcios é atualmente composto pelos riscos de Mercado, Liquidez, Crédito e Operacional.

O modelo de gestão de riscos adotado pela Administradora contempla as fases de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação, e, alinha-se à metodologia utilizada pelo Controlador. Sua aplicação permite a identificação e classificação dos eventos que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos, e a escolha das respostas aos riscos de acordo com os limites de apetite e tolerância declarados. É periodicamente avaliado pelas áreas de controle e risco do conglomerado BB.

O Comitê de Riscos e de Capital - é órgão colegiado que se reporta ao Conselho de Administração e tem por finalidade assessorar aquele Conselho no que concerne ao exercício das suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do Banco do Brasil.

O Conselho de Administração estabelece as diretrizes e supervisiona o processo de gestão de riscos corporativos, que é contínuo e flui através da organização, sendo conduzido pela Diretoria Executiva e demais funcionários em todos os níveis hierárquicos.

CONTROLES INTERNOS

O processo de gerenciamento dos controles internos na BB Consórcios é efetivo e consistente com a natureza e complexidade das operações realizadas, e, tem proporcionado com razoável segurança o atingimento dos objetivos da empresa, a fidedignidade das demonstrações contábeis e a aderência aos normativos internos e externos. É periodicamente avaliado pelas áreas de controle e risco do conglomerado BB.

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar a efetividade do sistema de controles internos da Instituição e das auditorias interna e independente, revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, exercer suas responsabilidades junto às sociedades controladas pelo Banco do Brasil que aderiram ao Comitê de Auditoria único.

A Gerência Controles Internos realiza periodicamente testes de conformidade visando à mitigação do risco de *compliance*. Também utiliza metodologia estruturada para avaliar a eficácia dos controles-chave alinhados aos processos, com o objetivo de identificar oportunidade de melhorias.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A BB Consórcios utiliza-se do serviço técnico profissional especializado prestado pela KPMG Auditores Independentes, que tem por objetivo obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo sua opinião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos aos nossos clientes e fornecedores pela confiança e credibilidade dispensada e aos nossos colaboradores pelo apoio, dedicação e profissionalismo que contribuíram para os resultados obtidos.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2017	31.12.2016
PASSIVO CIRCULANTE		402.148	255.090
Outras Obrigações		402.148	255.090
Sociais e estatutárias	8.a	187.668	120.310
Fiscais e previdenciárias	8.b	120.533	87.658
Diversas	8.c	93.947	47.122
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		215.401	197.078
Capital		167.522	98.539
De domiciliados no país	11.a	167.522	98.539
Reservas de Lucros		47.879	98.539
TOTAL DO PASSIVO		617.549	452.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		20.234	42.646	43.894
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	20.234	42.646	43.894
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		20.234	42.646	43.894
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		512.648	361.384	361.384
Receitas de prestação de serviços	9.a	389.296	724.932	543.725
Despesas de pessoal	9.b	(7.844)	(15.325)	(11.796)
Outras despesas administrativas	9.c	(7.925)	(14.198)	(14.538)
Despesas tributárias	12.c	(52.496)	(97.519)	(71.923)
Outras receitas operacionais	9.d	12.525	19.545	9.044
Outras despesas operacionais	9.e	(56.117)	(104.787)	(93.128)
RESULTADO OPERACIONAL		297.673	555.294	405.278
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(20)	(20)	(78)
Despesas não operacionais		(20)	(20)	(78)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		297.653	555.274	405.200
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(100.301)	(187.899)	(137.514)
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.a	(100.291)	(187.957)	(138.579)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(10)	58	1.065
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO		(735)	(919)	(369)
LUCRO LÍQUIDO		196.617	366.456	267.317
Número de ações		14.100	14.100	14.100
Lucro por ação (R\$)		13.944,47	25.989,79	18.958,67

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	Nota	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES				
Lucro antes dos Tributos e Participações		297.653	555.274	405.200
Ajustes ao Lucro antes dos Tributos e Participações		(4)	198	3.140
Provisões para passivos contingentes	15.b	(29)	171	3.134
Baixa de imobilizado	10	20	20	--
Despesas de depreciação		5	7	6
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		297.649	555.472	408.340
Variações Patrimoniais		(134.699)	(269.385)	(178.486)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(88.313)	(115.487)	(82.310)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários		(16.801)	(45.481)	(733)
(Aumento) Redução em outros créditos		27.195	(4.293)	(2.298)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(44.542)	(149.824)	(114.312)
Aumento (Redução) em outras obrigações		(12.238)	45.700	21.167
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES		162.950	286.087	229.854
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado de uso		(10)	(12)	--
Aquisição de intangível		--	(6)	--
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(10)	(18)	--
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos pagos		(163.605)	(285.862)	(229.848)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(163.605)	(285.862)	(229.848)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(665)	207	6
Início do período		916	44	38
Fim do período		251	251	44
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(665)	207	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31.12.2015		98.539	19.708	49.275	--	167.522
Lucro líquido do período		--	--	--	267.317	267.317
Destinações: - Reservas	11.c	--	--	29.556	(29.556)	--
- Dividendos (R\$ 16.862,48 por ação)	11.c	--	--	--	(237.761)	(237.761)
Saldos em 31.12.2016		98.539	19.708	78.831	--	197.078
Mutações do período		167.522	--	29.556	--	29.556
Saldos em 30.06.2017		167.522	8.492	29.556	--	205.570
Lucro líquido do período		--	--	--	196.617	196.617
Destinações: - Reservas	11.c	--	9.831	--	(9.831)	--
- Dividendos (R\$ 13.247,23 por ação)	11.c	--	--	--	(186.786)	(186.786)
Saldos em 31.12.2017		167.522	18.323	29.556	--	215.401
Mutações do período		68.963	--	9.831	--	9.831
Saldos em 31.12.2016		98.539	19.708	78.831	--	197.078
Lucro Líquido do período		--	--	--	366.456	366.456
Aumento de Capital - capitalização de reservas	11.a	68.963	(19.708)	(49.275)	--	--
Destinações: - Reservas	11.c	--	18.323	--	(18.323)	--
- Dividendos (R\$ 24.690,28 por ação)	11.c	--	--	--	(348.133)	(348.133)
Saldos em 31.12.2017		167.522	18.323	29.556	--	215.401
Mutações do período		68.963	(1.385)	(49.275)	--	18.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

BB Administradora de Consórcios S.A.

Sector de Autarquias Norte - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2017

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS CONSOLIDADA

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
DISPONIBILIDADES (início do período)	2.226.814	2.305.476	2.326.903
Depósitos bancários	–	–	121
Aplicações financeiras dos grupos	441.844	454.587	424.313
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	1.784.970	1.850.889	1.902.469
(+) RECURSOS COLETADOS	3.041.528	5.896.573	4.837.373
Contribuições para aquisição de bens	2.322.087	4.428.322	3.686.712
Taxa de administração	385.148	717.342	536.910
Contribuições ao fundo de reserva	77.106	147.507	126.118
Rendimentos de aplicações financeiras	70.918	175.727	243.335
Multas e juros moratórios	6.930	14.462	13.167
Prêmios de seguro	18.735	36.671	34.605
Custas judiciais	157	245	198
Reembolso de despesas de registro	8.780	15.772	11.797
Outros	151.667	360.525	184.541
(-) RECURSOS UTILIZADOS	3.084.151	6.017.858	4.858.800
Aquisição de bens	2.256.868	4.377.725	3.734.889
Taxa de administração	385.620	717.454	537.015
Multas e juros moratórios	3.460	7.237	6.573
Prêmios de seguro	16.657	34.626	40.640
Custas judiciais	613	953	652
Devolução a consorciados desligados	144.418	258.248	180.126
Despesas de registro de contrato	8.919	16.299	12.213
Outros	267.596	605.316	346.692
DISPONIBILIDADES (final do período)	2.184.191	2.184.191	2.305.476
Aplicações financeiras dos grupos	395.174	395.174	454.587
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	1.789.017	1.789.017	1.850.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - ADMINISTRADORA

1 - A BB CONSÓRCIOS E SUAS OPERAÇÕES

A BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 12 de dezembro de 2003 e sua sede está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 1º Andar, Asa Norte, Brasília-DF. Tem por objeto a administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens ou conjunto de bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes – incluindo pessoas físicas de baixa renda e microempresários – e a prática de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às administradoras de consórcios. O primeiro grupo de consórcio foi formado em abril de 2004.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado se utilizando, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para a atividade de consórcio.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as antecipações de imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Consórcios, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16.02.2018.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pela BB Consórcios são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

As taxas de administração dos grupos de consórcios são escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, quando é apropriada como receita (conforme Circular Bacen n.º 2.381/1993).

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo. (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001 (Nota 6):

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB Consórcios tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de instrumentos financeiros similares ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de metodologias de apuração de valor presente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

e) Outros Créditos e Provisão para Outros Créditos

Os outros créditos são registrados pelo valor de custo e, quando aplicável, atualizados com base na variação das respectivas taxas de juros pactuadas.

As provisões para outros créditos são constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado. A BB Consórcios não possui saldo de provisão para outros créditos em 31.12.2017.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9%
Pis/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	7,6%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários – Nota 12.d) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A BB Consórcios avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Consórcios estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Consórcios elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

h) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Circular CMN n.º 3.823/2009.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 15.b) o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para o cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 15.c), e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Consórcios é o Real (R\$).

j) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Consórcios segue a política de gerenciamento de riscos adotada pelo conglomerado Banco do Brasil. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2017	31.12.2016
Disponibilidades		
Depósitos bancários	251	44
Total	251	44

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Correspondem a aplicações financeiras efetuadas junto ao Banco do Brasil S.A. em operações compromissadas, lastreadas por LFT, com taxa de remuneração de mercado.

a) Composição

	31.12.2017	31.12.2016
Aplicações em Operações Compromissadas		
Letras financeiras do tesouro - Posição bancada	521.949	406.462
Total	521.949	406.462

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	17.441	37.581	40.574
Total	17.441	37.581	40.574

6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Vencimento em dias	31.12.2017			31.12.2016	
	Valor de Mercado	Total	Valor de Mercado	Total	Valor de Mercado
	Sem Vencimento	Valor de Custo	Sem Vencimento	Valor de Custo	Sem Vencimento
1 – Títulos para negociação	76.722	76.722	76.722	30.565	30.565
Títulos privados	76.722	76.722	76.722	30.565	30.565
Cotas de fundos de investimentos ⁽¹⁾	76.722	76.722	76.722	30.565	30.565
2 – Títulos disponíveis para venda	–	–	–	676	676
Títulos privados	–	–	–	676	676
CDB - Instituição financeira ligada	–	–	–	676	676
Total	76.722	76.722	76.722	31.241	31.241

⁽¹⁾ Refere-se a investimento em cotas do fundo BB Renda Fixa CP Corporate 10 milhões, administrado pela BB DTVM, cujo o valor de mercado é representado pelo valor da cota, divulgado pelo administrador do fundo.

Por carteira	31.12.2017			31.12.2016		
	Circulante	Valor contábil	Total	Circulante	Valor contábil	Total
	Sem Vencimento	Longo Prazo	Valor de Custo	Sem Vencimento	Longo Prazo	Valor de Custo
Carteira própria	76.722	–	76.722	30.565	676	31.241
	76.722	–	76.722	30.565	676	31.241

	31.12.2017	31.12.2016
Por categoria	76.722	100%
1 – Títulos para negociação	76.722	100%
2 – Títulos disponíveis para venda	–	–

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Nota	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.b	17.441	37.581	40.574
Rendas de títulos de renda fixa	–	–	15	401
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	–	2.793	5.050	2.919
Total		20.234	42.646	43.894

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários nos exercícios encerrados em 31.12.2017 e 31.12.2016.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Em 31.12.2017 e 31.12.2016 não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto.

7 - OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos Específicos

	31.12.2017	31.12.2016
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial	533	541
Total	533	541

b) Diversos

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições a compensar	–	11.018	7.515
Devedores por depósitos em garantia	15.d	4.149	2.693
Ativo fiscal diferido - crédito tributário	12.d	2.572	2.514
Títulos e créditos a receber	–	262	719
Devedores diversos - País	–	59	396
Total		18.060	13.837

8 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	31.12.2017	31.12.2016
Dividendos e bonificações a pagar	186.786	119.955
Gratificações e participações a pagar	882	355
Total	187.668	120.310

b) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	111.478	80.861
Impostos e contribuições a recolher	9.055	6.797
Total	120.533	87.658

c) Diversas

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Obrigações por recursos de consórcios - grupos encerrados ⁽¹⁾	–	45.265	23.634
Credores diversos - País ⁽²⁾	–	32.341	8.275
Valores a pagar a sociedades ligadas	–	8.775	7.818
Provisão para passivos contingentes ⁽³⁾	15.b	7.566	7.395
Total		93.947	47.122

⁽¹⁾ Refere-se a valores devidos a consorciados ainda pendentes de pagamento.

⁽²⁾ Valores relativos a grupos encerrados - recursos não distribuídos.

⁽³⁾ Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

9 - OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Taxa de administração de consórcios	381.467	710.172	531.641
Multa e juros recebidos	3.592	7.369	6.614
Taxa de cessão			

BB Administradora de Consórcios S.A.

Sector de Autarquias Norte - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2017

10 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Despesas Não Operacionais			
Baixa de Imobilizado	(20)	(20)	--
Perdas de capital	--	--	(78)
Total	(20)	(20)	(78)

11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 167.522 mil (R\$ 98.539 mil em 31.12.2016), totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 14.100 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 215.401 mil (R\$ 197.078 mil em 31.12.2016) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 15.276,67 por ação (R\$ 13.977,18 em 31.12.2016).

Em 09.06.2017, o Banco Central aprovou o aumento do capital social da BB Consórcios para o valor de R\$ 167.522 mil, mediante incorporação das reservas legal e estatutária, sem emissão de novas ações, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 26.04.2017.

b) Reservas de Lucros

	31.12.2017	31.12.2016
Reservas de Lucros		
Reserva legal	18.323	19.708
Reservas estatutárias	29.556	78.831
Total	47.879	98.539

A BB Consórcios constituiu Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido no exercício de 2017 conforme determina o artigo 193 da Lei n.º 6.404/1976. A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do capital social.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Base de Cálculo	186.786	348.133	267.317
- Lucro líquido	196.617	366.456	267.317
- Reserva legal constituída no período	9.831	18.323	--
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	46.697	87.034	66.830
Dividendo adicional	140.089	261.099	170.931
Total destinado ao acionista	186.786	348.133	237.761
Reserva estatutária	--	--	29.556
Saldo do lucro líquido ajustado após as destinações	0	0	0

Os dividendos serão corrigidos com base na variação da taxa Selic da data do balanço até o dia do efetivo pagamento.

12 - TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Valores Correntes	(100.291)	(187.957)	(138.579)
IR e CSLL no país	(100.291)	(187.957)	(138.579)
Valores Diferidos	(10)	58	1.065
Ativo fiscal diferido - Diferenças Intertemporais	(10)	58	1.065
Total das despesas	(100.301)	(187.899)	(137.514)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Resultado antes dos Tributos e Participações	297.653	555.274	405.200
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (9%)	(101.202)	(188.793)	(137.768)
Outros valores	901	894	254
IR e CSLL do período	(100.301)	(187.899)	(137.514)

c) Despesas Tributárias

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
ISSQN	(19.285)	(35.878)	(26.855)
Cofins	(27.316)	(50.698)	(37.090)
PIS/Pasep	(5.892)	(10.924)	(7.963)
Outras	(3)	(19)	(15)
Total	(52.496)	(97.519)	(71.923)

d) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2016	Exerc/2017	31.12.2017
Diferenças Temporárias	2.514	576	2.572
Provisões passivas	2.497	576	(501)
Outras provisões	17	--	(17)
Total dos Créditos Tributários Ativos	2.514	576	2.572
Imposto de Renda	1.849	424	(382)
Contribuição Social	665	152	(136)

Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2017, sendo o valor presente apurado com base na taxa média do CDI.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2018	13	12
Em 2019	177	154
Em 2020	474	386
Em 2021	513	386
Em 2022	547	380
Em 2023	390	252
Em 2024	234	140
Em 2025	151	84
Em 2026	73	37
Total de créditos tributários em 31.12.2017	2.572	1.831

No exercício de 2017, observou-se a realização de créditos tributários na BB Consórcios S.A. no montante de R\$ 518 mil, superior à respectiva projeção para o período de 2017, constante do estudo técnico elaborado em 31.12.2016.

13 - PARTES RELACIONADAS

Custos com as Remunerações e Benefícios de Curto Prazo da Diretoria e Conselhos

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Diretoria e Conselho de Administração	(649)	(1.167)	(1.024)
Total	(649)	(1.167)	(1.024)

A BB Consórcios não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB Consórcios realiza com seu controlador Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remuneradas), operações com instrumentos financeiros, depósitos remunerados e operações compromissadas. Há, ainda, contrato de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos. A BB Consórcios celebrou, em 11/03/2015, a novação desse convênio de ressarcimento de despesas e rateio de custos diretos e indiretos com o Banco do Brasil S.A., com vigência retroativa a 01/02/2015 e com prazo de duração de 5 (cinco) anos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldo das operações ativas e passivas da BB Consórcios com o controlador em 31.12.2017 e 31.12.2016 e resultados no 2º semestre de 2017 e exercícios de 2017 e 2016:

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Ativos			
Disponibilidades	4	251	44
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	521.949	406.462
Títulos e valores mobiliários - CDB - Instituição financeira ligada	6.a	--	676
Passivos			
Outras obrigações - sociais e estatutárias - dividendos	8.a	186.786	119.955
Valores a pagar a sociedade ligadas	8.c	8.775	7.818

	Nota	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Resultado				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.b	17.441	37.581	40.574
Rendas de títulos de renda fixa	6.b	--	15	401
Outras receitas operacionais		238	238	--
Ressarcimento de encargos e despesas ao Banco do Brasil S.A.	9.e	(33.000)	(63.823)	(54.906)
Outras despesas operacionais (1)		(3.003)	(5.406)	(3.856)
Despesas de pessoal		(7.764)	(15.177)	(11.600)
Despesas administrativas diversas		(3.692)	(6.495)	(7.687)
Variações monetárias passivas	9.e	(2.256)	(4.559)	(3.996)

(1) Refere-se, principalmente, às transações de taxas e tarifas bancárias, manutenção e desenvolvimento de sistema, suporte operacional - Banco do Brasil S.A. e custos indiretos Contadoria/Direção Geral.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e ao acionista da BB Administradora de Consórcios S.A. Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Administradora de Consórcios S.A. ("BB Consórcios"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações dos recursos de consórcio consolidada em 31 de dezembro de 2017 e das variações nas disponibilidades de grupos consolidada para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Consórcios em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira da demonstração dos recursos de consórcio consolidada em 31 de dezembro de 2017 e da demonstração das variações nas disponibilidades de grupos consolidada para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da BB Consórcios é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a BB Consórcios continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a BB Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

14 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em 25.10.2011, foi assinado convênio de cessão de funcionários do Banco do Brasil S.A. para a BB Consórcios, para o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus. O Banco do Brasil S.A. continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela BB Consórcios de todos os custos decorrentes.

	31.12.2017	31.12.2016
Número de Funcionários Cedidos pelo Banco do Brasil S.A.	51	37
Maior Salário (em R\$)	43.246,84	36.551,76
Menor Salário (em R\$)	5.017,04	7.712,71
Salário Médio (em R\$)	12.483,54	13.314,43

15 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Passivos Contingentes - Prováveis

Ações Fiscais

As ações fiscais, que tramitam no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, referem-se à cobrança de IPVA.

Ações Cíveis

As ações movidas contra a BB Consórcios têm objeto em pedidos de indenização com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como em pedidos de revisão de cláusulas contratuais e repetição de indébito. Essas ações, em sua maioria, foram ajuizadas no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Demandas Fiscais			
Saldo Inicial	112	85	30
Constituição	75	102	57
Reversão da provisão	--	--	(2)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo Final	187	187	85

Demandas Cíveis

Saldo Inicial	7.483	7.310	4.231
Constituição	2.605	5.391	7.132
Reversão da provisão	(2.709)	(5.322)	(4.053)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo final	7.379	7.379	7.310

Total das Demandas Fiscais e Cíveis

	7.566	7.566	7.395
--	--------------	--------------	--------------

A Administração da BB Consórcios considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais e cíveis.

Cronograma esperado de desembolso

	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	100	6.009
De 5 a 10 anos	65	1.338
Acima de 10 anos	22	32
Total	187	7.379

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações nas jurisprudências dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes - Possíveis

Saldo dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas Cíveis	615	912
Demandas Fiscais (1)	2.584	--
Total	3.199	912

(1) Refere-se, principalmente, a processo administrativo junto à Receita Federal do Brasil questionando a não homologação de declaração de compensação (DCOMP).

Depósitos em Garantia de Recursos

Saldo dos depósitos em garantia constituídos para as contingências prováveis, possíveis e/ou remotas:

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas Cíveis	4.149	2.693
Total	4.149	2.693

16 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Imparidade

No exercício de 2017, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de perda do valor recuperável que justificassem o reconhecimento de imparidade, conforme determina o CPC 01, recepcionado pela Resolução CMN n.º 3.566/2008.

II - GRUPOS DE CONSÓRCIO

1 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A BB Consórcios obteve autorização para formar e administrar grupos de consórcio em 19.02.2004, conforme publicado no Diário Oficial da União de 25.02.2004.

2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo de reserva e fundo comum de cada grupo. As aplicações financeiras foram efetuadas em fundos de investimentos junto ao Banco do Brasil S.A.

b) Direitos Junto a Consorciados Contemplados

Representam os valores a receber dos consorciados contemplados.

c) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados, Contribuições Devidas ao Grupo e Bens a Contemplar

São calculados com base no preço do bem vigente no último dia de cada mês.

d) Obrigações com Consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

e) Valores a Repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento, a título de Taxa de Administração e Seguros.

f) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os recursos de consorciados contemplados destinados à aquisição de bens/serviços.

g) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

h) Recursos do Grupo

Representam os valores líquidos dos recursos de Fundo de Reserva.

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor de Autarquias Norte - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2017

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros, sendo um integrante do Conselho, todos independentes e nomeados pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas a BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios).

No endereço eletrônico www.bb.com.br/ri estão disponíveis o regimento interno do Coaud e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Estatuto Social do BB e por seu Regimento Interno.

Os administradores da BB Consórcios são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB Consórcios está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

III. Atividades do período

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o Conselho de Administração, Banco Central do Brasil (Bacen) e também com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da BB Consórcios.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, conformidade, aspectos contábeis, gestão de riscos, governança corporativa, segurança e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização e controle. Nas situações em que identificou possibilidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Como parte de suas atividades, os membros participaram de eventos de atualização e aperfeiçoamento em temas relacionados à sua área de atuação.

IV. Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.

Realizou reuniões periódicas com a Unidade para conhecer as conclusões dos trabalhos, principais preocupações, acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições. Conheceu os trabalhos realizados na empresa e emitiu parecer ao plano anual de trabalho 2018 da Auditoria Interna para a BB Consórcios.

V. Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia, por meio de instrumental técnico próprio, sua independência, a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, avalia, previamente à contratação, a existência de conflitos na prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado.

VI. Sistema de controles internos (SCI)

A avaliação da efetividade do SCI pelo Coaud é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de fiscalização e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), pela Gerência de Controles Internos da BB Consórcios e, também, em informações e documentos requisitados a outras áreas do Banco e em suas próprias análises.

VII. Exposição a risco

O Coaud monitorou, em conjunto com o Comitê de Riscos e de Capital, as principais exposições e constatou que, no período sob análise, elas estavam enquadradas aos limites de tolerância estabelecidos pelo Conselho de Administração.

VIII. Demonstrações contábeis

O Coaud examinou o resumo das principais práticas contábeis e analisou mensalmente as principais variações nos saldos contábeis e respectivas causas, a partir de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria.

Revisou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do Auditor Independente datado de 16/02/2018, sem ressalvas, relativos ao exercício findo em 31/12/2017.

IX. Recomendações do Comitê de Auditoria

Entre os diversos temas sobre os quais o Coaud se manifestou ao Conselho de Administração, destaca-se o processo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo. Emitiu recomendações à BB Consórcios quando julgou necessário.

X. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da subsidiária e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- a Auditoria Interna dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
- as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Consórcios em 31/12/2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2018.

Antônio Carlos Correia

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da BB Administradora de Consórcios S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria, todos referentes ao exercício de 2017.

Em 16 de fevereiro de 2018.

Alexandre Alves de Souza

Reinaldo Kazufumi Yokoyama

Bruno Nunes Sad

Moisés de Sousa Carvalho Pereira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 16 de fevereiro de 2018.

Clara Marcelle Alves Meneses
Conselheira

Julio Cesar Costa Pinto
Conselheiro

Luciana Maria Rocha Moreira
Presidente

DIRETORIA

Presidente

Alexandre Luís dos Santos

Diretor Executivo

João Marques do Vale

Paulo Ivan Rabelo

Conselho de Administração

Alexandre Alves de Souza

Bruno Nunes Sad

Moisés de Sousa Carvalho Pereira

Reinaldo Kazufumi Yokoyama

Conselho Fiscal

Luciana Maria Rocha Moreira

Clara Marcelle Alves Meneses

Julio Cesar Costa Pinto

Comitê de Auditoria

Antônio Carlos Correia

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC DF 017.601/O-5

CPF 541.035.920-87